



PACO MUNICIPAL

LEI ORDINÁRIA Nº 15.699, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025.

AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, NOS ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO/RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E NA SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL/ SUPERINTENDÊNCIA - EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA DE JOÃO PESSOA SEMOB ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO, DO REMANEJAMENTO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA OU DE UM ÓRGÃO PARA OUTRO NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA,
FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A
SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Realocar Dotações Orçamentárias na Secretaria da Infraestrutura, nos Encargos Gerais do Município/Recursos sob a Supervisão da Secretaria da Administração e na Secretaria de Gestão Governamental/Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa-SEMOB no valor global de R\$ 38.241.391,58 (trinta e oito milhões, duzentos e quarenta e um mil e trezentos e noventa e um reais e cinquenta e oito centavos), por Transposição, Remanejamento e Transferência de Recursos de uma Categoria de Programação para Outra ou de um Órgão para Outro exclusivamente para atender às insuficiências registradas nas dotações orçamentárias relativas ao Grupo de Natureza da Despesa:

1 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS,
3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Parágrafo único – A Secretaria de Infraestrutura, os Encargos Gerais do Município/Recursos sob a Supervisão da Secretaria da Administração e Secretaria de Gestão Governamental/Supendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa-SEMOB que serão objeto da Realocação de Dotações Orçamentárias de que trata o caput, estão especificados no Anexo I – para o Acréscimo e o Anexo II – para a Redução de que trata esta Lei.

Art. 2º A Realocação de Dotações Orçamentárias ocorrerão nas Classificações Funcionais e Programas integrantes dos Órgãos que compõem Secretaria de Infraestrutura, os Encargos Gerais do Município/Recursos sob a Supervisão da Secretaria da Administração e Secretaria de Gestão Governamental/Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa-SEMOB na estrita obediência aos limites e às condições fixadas no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º O Decreto de Realocação de Dotações Orçamentárias Autorizado por esta Lei, explicitará as Classificações Institucionais e Funcionais, bem como das Modalidades de Aplicação das Dotações Orçamentárias a serem estornadas e os Programas e as Despesas para as quais serão transpostos, remanejados e/ou transferidos os valores daquelas dotações.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA,
ESTADO DA PARAÍBA, em 25 de novembro de 2025; 137º da República.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

Autoria: Executivo Municipal

ANEXO I

Anexo I
Acréscimo

Ano Base: 2025

Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
11000	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA			
11301	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO			
15.451.5099.631063	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	3.3.90	1.7.59	12.000.000,00
			SUBTOTAL	12.000.000,00
16000	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
16101	RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO			
28.271.5280.512397	ENCARGOS COM A PREVIDÊNCIA SOCIAL - INSS - EGM/SEAD	3.1.90	1.5.00	13.200.000,00
28.272.5001.512400	CONTRIBUIÇÃO PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL - IPM - EGM/SEAD	3.1.91	1.5.00	4.000.000,00
			SUBTOTAL	17.200.000,00
71000	SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL			
71202	SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA DE JOÃO PESSOA			
09.272.5282.592400	CONTRIBUIÇÃO PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL - IPM - SEMOB	3.1.91	1.5.00	316.551,25
04.122.5001.592587	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PESSOAL - SEMOB	3.1.90	1.5.00	8.561.174,09
09.271.5282.592626	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL -INSS - SEMOB	3.1.90	1.5.00	163.666,24
			SUBTOTAL	9.041.391,58
TOTAL GERAL				38.241.391,58
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
3.1.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
3.1.91 - APLICAÇÃO DIRETA DEC. DE OPER. ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTID. INTEGRANTES DOS ORÇ. FISCAL E				
3.3.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Recursos não vinculados de Impostos				
Recursos Vinculados a Fundos				

ANEXO II

Anexo II

Redução

Ano Base: 2025

Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
05000	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
05101	PROGEM - AÇÕES DE GOVERNO			
28.846.5049.057002	EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	3.3.90	1.5.00	12.000.000,00
			SUBTOTAL	12.000.000,00
08000	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			
08101	SEPLAN - AÇÕES DE GOVERNO			
04.122.5370.082728	AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS	4.4.90	1.5.00	5.000.000,00
		4.5.90	1.5.00	4.041.391,58
			SUBTOTAL	9.041.391,58
11000	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA			
11301	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO			
15.451.5099.631063	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	4.4.90	1.7.59	12.000.000,00
			SUBTOTAL	12.000.000,00
71000	SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL			
71101	SEGGOV - AÇÕES DE GOVERNO			
16.482.5552.711617	PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO	4.4.90	1.5.00	5.200.000,00
			SUBTOTAL	5.200.000,00
TOTAL GERAL				38.241.391,58
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
3.3.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
4.4.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
4.5.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Recursos não vinculados de Impostos				
Recursos Vinculados a Fundos				

LEI ORDINÁRIA Nº 15.700, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025.

AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA CÂMARA MUNICIPAL ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Realocar Dotação Orçamentária na Câmara Municipal no valor de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais), por Transposição e Transferência de Recursos de uma Categoria de Programação para Outra exclusivamente para atender à insuficiência registrada na dotação orçamentária relativa ao Grupo de Naturezas da Despesa:

1 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS.

Parágrafo único – O Órgão do Poder Executivo que será objeto da Realocação de Dotação Orçamentária de que trata o caput, está especificado no Anexo I – para o Acréscimo e o Anexo II – para a Redução de que trata esta Lei.

Art. 2º A Realocação de Dotação Orçamentária ocorrerá na Classificação Funcional e Programa integrantes do Orçamento da Câmara Municipal na estrita obediência aos limites e às condições fixadas no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º O Decreto de Realocação de Dotação Orçamentária Autorizado por esta Lei, explicitará a Classificação Institucional e Funcional, bem como da Modalidade de Aplicação das Dotações Orçamentárias a serem estornadas e os Programas e as Despesas para as quais serão transpostos ou transferidos os valores daquelas dotações.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, em 25 de novembro de 2025; 137º da República.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

Autoria: Executivo Municipal

ANEXO I

Acréscimo				Ano Base: 2025
Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
01000	CÂMARA MUNICIPAL			
01101	CÂMARA MUNICIPAL - AÇÕES DE GOVERNO			
01.122.5001.012599	ENCARGOS COM PESSOAL DA CAMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA	3.1.90	1.5.00	440.000,00
SUBTOTAL				440.000,00
TOTAL GERAL				440.000,00
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
3.1.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Recursos não vinculados de Impostos				

ANEXO II

Redução				Ano Base: 2025
Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
01000	CÂMARA MUNICIPAL			
01101	CÂMARA MUNICIPAL - AÇÕES DE GOVERNO			
01.122.5279.012471	ADMINISTRAÇÃO GERAL DA CAMARA	3.3.90	1.5.00	390.000,00
01.271.5280.012595	ENCARGOS COM A PREVIDENCIA NACIONAL	3.1.90	1.5.00	20.000,00
01.272.5280.012596	ENCARGOS COM A PREVIDENCIA MUNICIPAL	3.1.91	1.5.00	30.000,00
SUBTOTAL				440.000,00
TOTAL GERAL				440.000,00
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
3.1.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
3.1.91 - APLICAÇÃO DIRETA DEC. DE OPER. ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTID. INTEGRANTES DOS ORÇ. FISCAL E				
3.3.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Recursos não vinculados de Impostos				



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de João Pessoa

Prefeito: Cicero de Lucena Filho

Vice-Prefeito: Leopoldo Araújo Bezerra Cavalcanti

Sec. de Gestão Governamental: Rougger Xavier Guerra Júnior

Secretaria de Administração: Ariosvaldo de Andrade Alves

Secretaria de Saúde: Luis Ferreira de Sousa Filho

Secretaria de Educação: Maria América Assis de Castro

Secretaria de Planejamento: Ayrton Lins Falcão Filho

Secretaria de Finanças: Bruno Sitonio Fialho de Oliveira

Secretaria de Desenv. Social: Norma Wanderley da Nóbrega Gouveia

Secretaria de Habitação: Maria Socorro Gadelha

Secretaria de Comunicação: Janildo Jerônimo da Silva

Controlad. Geral do Município: Diego Fabricio Cavalcanti de Albuquerque

Sec. de Direitos Humanos: Marcio Diego Fernandes Tavares de Albuquerque

Procuradoria Geral do Município: Bruno Augusto Albuquerque da Nobrega

Sec. de Proteção e Defesa do Consumidor: Jair de Queiroz Pires Júnior

Sec. Munic. de Serv. Urbanos e Zeladoria:

Secretaria de Cuidado e Proteção Animal:

Sec. Munic. Preserv. Revital. e Inov. do Centro Histórico: Thiago Nóbrega de Lucena

Secretaria da Receita: Sebastião Feitosa Alves

Secretaria da Infra Estrutura: Rubens Falcão da Silva Neto

Sec. de Desenvolvimento Econômico do Trabalho: Bruno Farias de Paiva

Sec. Juventude, Esporte e Recreação: José Freire Costa

Secretaria de Turismo: Vitor Hugo Peixoto Castellano

Sec. de Políticas Públicas das Mulheres: Simone Rachel Guedes da Silva Santos

Sec. de Desenvolvimento Urbano: Marmuth de Souza Cavalcanti

Sec. da Ciência e Tecnologia: Guido Lemos de Souza Filho

Secretaria de Meio Ambiente: Welison Araújo Silveira

Sec. de Segurança Urbana e Cidadania:

Secretaria da Defesa Civil: Kelson de Assis Chaves

Suprerint. de Mobilidade Urbana: Marcilio Pedro Siqueira Ferreira

Autarqu. Esp. Munic. de Limp. Urbana: Ricardo Jose Veloso

Instituto de Previdência do Munic.: Caroline Ferreira Agra

Fundação Cultural de João Pessoa: Antônio Marcus Alves de Souza

DIÁRIO
OFICIAL

Agente de Registros e Publicações - Orleide Maria de O. Leão
Designer Gráfico - Emilson Diniz e Fábio Evangelista

Unidade de Atos Oficiais - Secretaria de Gestão Governamental
Praça Pedro Américo, 70 - Cep: 58.010-340
Pabx: 83 3218.9765 - Fax 83 3218.9766
diariopmpj@gmail.com

Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa
Criado pela Lei Municipal nº 14.457, de 22 de março de 2022
Centro Administrativo Municipal
Rua Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - Cep: 58.053-900
Fone: 3128.9038 - e-mail: sead@joaopessoa.pb.gov.br

LEI ORDINÁRIA Nº 15.701, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA SMS/FMS NO VIGENTE ORÇAMENTO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial para inclusão de nova Fonte de Recurso na Estrutura Orçamentária na Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 63.000.000,00 (sessenta e três milhões de reais), na forma abaixo discriminada:

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$
13.301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.122.5001.462602 – MANTER AS DESPESAS COM FOLHA E ENCARGOS DE PESSOAL ATIVO DA SAÚDE - FMS	
31.90 – 2.759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS.....	63.000.000,00

Art. 2º O recurso necessário à abertura do Crédito Especial de que trata o artigo anterior, correrá por conta de anulação de Dotações Orçamentárias em conformidade com o art. 76B, §2º da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 136/2025 e do Superávit Financeiro dos Recursos apurados no Balanço Patrimonial do Fundo de Urbanização – FUNDURB e do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMAB em 31/12/2024, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso I e III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme discriminação a seguir:

11.000 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
11.101 – SEINFRA – AÇÕES DE GOVERNO	R\$
15.452.5099.111050 – CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS, CALÇADAS, CALÇADÕES	
4.4.90 – 2.759	375.633,36

11.301 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	
15.451.5099.631063 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	
3.3.90 – 2.759	15.732.083,06
4.4.90 – 2.759	22.645.153,32
SUBTOTAL.....	38.377.236,38

12.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
12.301 – FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
18.541.5381.592842 – AÇÕES ADMINISTRATIVAS NO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FMMAB	
3.3.50 – 2.759	2.500,00

31.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	
31.301 – FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO CONSUMIDOR	
14.422.5030.312750 – CONSERVAÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E ADAPTAÇÃO DE INSTALAÇÕES	
4.4.90 – 2.759	609.952,82

14.422.5030.572093 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	
3.3.90 – 2.759	222.602,37

14.422.5030.574316 – AQUISIÇÃO DA NOVA SEDE	
4.4.90 – 2.759	4.140.000,00

14.422.5027.574357 – PROCON VAI AS AULAS	
3.3.90 – 2.759	300,00

14.422.5030.574478 – PROCON DIGITAL	
3.3.90 – 2.759	3.142.422,80

14.422.5027.574481 – ESCOLA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	
3.3.50 – 2.759	360.000,00
SUBTOTAL.....	8.475.277,99

SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL – EM 31/12/24	
FUNDURB - 2.759	11.441.508,39
FMMAB – 2.759	4.327.843,88
SUBTOTAL.....	15.769.352,27
TOTAL GERAL	63.000.000,00

Art. 3º A nova Fonte de Recurso referenciadas no artigo 1º, será alocada na programação constante do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, relativa ao exercício financeiro de 2025.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, em 25 de novembro de 2025; 137º da República.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

Autoria: Executivo Municipal



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1EE1-E368-B982-013A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 26/11/2025 12:20:33 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/1EE1-E368-B982-013A>

INOVACENTRO

TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO - INOVACENTRO E O CENTRO CULTURAL SÃO FRANCISCO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.806.721/0001-03, com sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Rua Diógenes Chianca, 1777 Água Fria, João Pessoa-PB CEP: 58053-900, Entidade Governamental representada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO (INOVACENTRO), doravante denominada INOVACENTRO, neste ato representada pelo Secretário Municipal, THIAGO NÓBREGA DE LUCENA, brasileiro, servidor público, portador do RG nº 2663071 – SSP/PB e CPF nº 045.138.374-54, e o CENTRO CULTURAL SÃO FRANCISCO, inscrita no CNPJ sob o nº 48.591.208/0001-59, com sede na Ladeira São Francisco, SN, Centro, João Pessoa/PB, CEP 58010-630, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC, ou simplesmente OSC, neste ato representada pelo seu diretor, PE. MARCONDES SILVA MENESES, brasileiro, portador do RG nº 1812609 SSP/PB e CPF nº 927.694.544-04, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, nos termos da Lei Federal n.º 13.019/2014, bem como do Decreto Municipal n.º 9.005/2017, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/1EE1-E368-B982-013A> e informe o código 1EE1-E368-B982-013A

Assinado por 1 pessoa: THIAGO NÓBREGA DE LUCENA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/1EE1-E368-B982-013A> e informe o código 1EE1-E368-B982-013A

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto a execução de ações culturais, turísticas e patrimoniais, consistentes na realização do projeto **“Iluminando o Patrimônio – Natal no Centro Histórico”**, que envolve o planejamento, execução e promoção de apresentações de projeção mapeada nas fachadas das Igrejas de São Frei Pedro Gonçalves e da Catedral Basílica de Nossa Senhora das Neves e corais natalinos, bem como a implantação de iluminação permanente nas fachadas das referidas igrejas, com foco na valorização do patrimônio histórico, na promoção cultural e na dinamização do Centro Histórico de João Pessoa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho a ser enviado pela **OSC**, integra e constitui parte indissociável deste Termo de Fomento, devendo conter a descrição detalhada das metas, etapas, prazos e custos necessários à execução do objeto pactuado.

Parágrafo único. O Plano de Trabalho poderá ser alterado ou aditado, mediante justificativa formal e aprovação prévia da **INOVACENTRO**, devendo conter, no mínimo:

- I – Identificação do objeto a ser executado;
- II – Metas a serem atingidas;
- III – Etapas ou fases da execução;
- IV – Cronograma de execução física e financeira, com previsão de início e término de cada fase e respectivo desembolso.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

A **OSC** deverá apresentar, previamente à assinatura do presente Termo de Fomento e como condição para liberação dos recursos, as certidões e documentos exigidos pelo art. 22 e 33 da Lei nº 13.019/2014 e pelo Decreto Municipal nº 9.005/2017, incluindo:

- I – Cópia do estatuto atualizado e registrado;
- II – Documento comprobatório dos poderes de representação do signatário;
- III – Certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa;

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução do presente, fica estabelecido o valor total de **R\$ 144.000,00 (Cento e quarenta e quatro mil reais)**, a ser transferido pela **INOVACENTRO** à **OSC**, conforme o Plano de Trabalho aprovado, na conta bancária abaixo indicada:

Banco do Brasil

Agência: 11- 6

Conta Corrente: 33851-6

Nome: CENTRO CULTURAL SAO FRANCISCO - CCSF

Parágrafo primeiro. Os recursos serão repassados em conformidade com as normas orçamentárias e financeiras vigentes, correndo a despesa à conta da dotação abaixo discriminada:

Classificação orçamentária: 04.122.5001 – 332711.

Elemento de despesa: 33.50.41 – Contribuições (Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos).

Fonte de recursos: 1500 – Recursos Ordinários do Tesouro.

Parágrafo segundo. Os recursos deverão ser movimentados exclusivamente através da conta bancária indicada, aberta pela **OSC** para esta finalidade, sendo vedada a utilização para despesas alheias ao objeto deste Termo.

Parágrafo terceira. Os recursos previstos neste Termo de Fomento deverão ser aplicados exclusivamente em ações de natureza cultural, turística e patrimonial, sendo vedado o financiamento de atividades, materiais, serviços ou conteúdos de caráter religioso, litúrgico, catequético, devocional ou correlatos.

CLÁUSULA QUINTA – DO REPASSE DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros de responsabilidade da **INOVACENTRO** serão repassados à **OSC**, conforme o Plano de Trabalho, mediante empenho prévio e comprovação da regularidade documental da **OSC**.

Parágrafo primeiro. A **OSC** manterá conta bancária exclusiva para movimentação dos recursos até a aprovação final da prestação de contas.

Parágrafo segundo. A **INOVACENTRO** poderá requisitar, a qualquer tempo, informações, relatórios e documentos comprobatórios da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pela **OSC**, de acordo com as

cláusulas pactuadas e a legislação aplicável.

Parágrafo único. É vedada a **OSC**, sob pena de rescisão do ajuste:

- I – Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
- II – Realizar despesas em data anterior à vigência do presente termo;
- III – Efetuar pagamentos em data posterior à vigência, salvo se o fato gerador ocorreu durante sua vigência;
- IV – Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos fora de prazo, exceto se decorrentes de atraso na liberação dos recursos pela **INOVACENTRO**;
- V – Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, sem promoção pessoal, e desde que prevista no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXIGIBILIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO

A celebração deste Termo de Fomento decorre de inexigibilidade de chamamento público, conforme justificativa devidamente motivada, publicada e juntada aos autos do processo administrativo, reconhecendo a inviabilidade de competição para execução das ações previstas, dada a singularidade do objeto e a titularidade dos bens culturais envolvidos.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A **OSC** deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 60 (sessenta) dias após o término da vigência, nos termos dos arts. 63 a 67 da Lei nº 13.019/2014, contendo:

- I – Relatório de Execução do Objeto, com demonstração de metas e resultados;
- II – Relatório de Execução Financeira, com notas fiscais, comprovantes de pagamento e extratos da conta bancária específica;
- III – Registros fotográficos e audiovisuais das atividades culturais realizadas.

Parágrafo único. Constatadas inconsistências, a **INOVACENTRO** notificará a **OSC** para sanar irregularidades no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

I – À **INOVACENTRO** caberá:

- a) Disponibilizar os recursos financeiros conforme o Plano de Trabalho;
- b) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do presente Termo de Fomento;
- c) Emitir parecer técnico e contábil sobre a prestação de contas;
- d) Adotar as medidas administrativas cabíveis em caso de irregularidade.

II – À **OSC** caberá:

- a) Executar integralmente o objeto do presente e, ainda, de acordo com o Plano de Trabalho;
- b) Responder pela correta aplicação dos recursos recebidos;
- c) Manter a documentação comprobatória das despesas;
- d) Apresentar a prestação de contas final no prazo estabelecido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica vigorará a partir da data de sua assinatura até o término das ações previstas para o ciclo natalino de 2025, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, conforme interesse das partes e avaliação dos resultados alcançados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA AÇÃO PROMOCIONAL

Toda divulgação pública das ações desenvolvidas no âmbito desta cooperação deverá conter as logomarcas e menções oficiais da Prefeitura Municipal de João Pessoa, por meio da **INOVACENTRO**, e do **CENTRO CULTURAL SÃO FRANCISCO**, garantindo a devida visibilidade institucional a ambas as entidades.

Parágrafo único. Fica vedado o uso de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

A **INOVACENTRO** realizará o monitoramento e a fiscalização da execução do objeto, com base nos arts. 58 e 59 da Lei nº 13.019/2014, podendo exigir relatórios parciais, realizar visitas técnicas, solicitar documentos e avaliar indicadores de desempenho.

Assinado por 1 pessoa: THIAGO NOBREGA DE LUCENA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://japoespessoal.doc.com.br/verificacao/ABF1-9464-08D7-5D06 e informe o código ABF1-9464-08D7-5D06



Assinado por 1 pessoa: THIAGO NOBREGA DE LUCENA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://japoespessoal.doc.com.br/verificacao/ABF1-9464-08D7-5D06 e informe o código ABF1-9464-08D7-5D06



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o Plano de Trabalho, com as disposições deste Termo de Fomento, com a Lei nº 13.019/2014, com o Decreto Municipal nº 9.005/2017 ou com a legislação aplicável, a Administração Pública Municipal poderá, garantido o contraditório, aplicar à Organização da Sociedade Civil – OSC as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades da administração pública da esfera sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

III – Declaração de inidoneidade;

IV – Impedimento de contratar com a administração pública e de participar de procedimentos de contratação, por período não superior a 2 (dois) anos, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo primeiro. Será concedido prazo de 5 (cinco) dias para que a Organização da Sociedade Civil apresente manifestação preliminar acerca dos fatos apontados, antes da aplicação da sanção.

Parágrafo segundo. Da sanção de advertência caberá recurso ao titular da unidade gestora, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da comunicação da penalidade.

Parágrafo terceiro. Da aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração ao titular da unidade gestora, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência do ato sancionatório.

Assinado por 1 pessoa: THIAGO NOBREGA DE LUCENA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/A8F1-9464-08D7-5DD6>

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE PELOS ENCARGOS**

A responsabilidade pelo pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução do objeto previsto neste Termo de Fomento será exclusivamente da Organização da Sociedade Civil – OSC, não implicando qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. A inadimplência da OSC em relação a tais encargos, bem como quaisquer ônus incidentes sobre a execução das atividades previstas ou restrições delas decorrentes, não poderão ser transferidos à Administração Pública, cabendo à OSC responder integralmente por seus atos e obrigações, nos termos da legislação vigente e das cláusulas deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO.

O presente Termo de Fomento poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer das partes, mediante notificação escrita e fundamentada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba indenização de qualquer natureza, assegurado o cumprimento das obrigações já assumidas até a data da rescisão.

Parágrafo primeiro. O Termo poderá ser rescindido unilateralmente pela INOVACENTRO, independentemente de notificação prévia, nas seguintes hipóteses:

I – Descumprimento de quaisquer cláusulas, condições ou obrigações pactuadas;

II – Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou com a legislação aplicável;

III – Constatação de irregularidade insanável na execução do objeto;

IV – Superveniência de norma legal ou fato que torne o ajuste material ou formalmente inexecutável.

Parágrafo segundo. Na hipótese de rescisão, a OSC deverá apresentar prestação de contas final no prazo máximo de 30 (trinta) dias e restituir à INOVACENTRO eventuais saldos financeiros ou valores não aplicados na finalidade pactuada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Para fins de execução deste Termo de Fomento, as partes obrigam-se a cumprir e manterem-se de acordo com as disposições e os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), especialmente no que se refere à legalidade no tratamento dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo de Fomento será publicado no Diário Oficial do Município de João Pessoa, constituindo condição de eficácia em obediência à Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 9.005/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Termo de Fomento é de natureza exclusivamente financeira, não implicando qualquer forma de vínculo técnico ou trabalhista entre as partes e seus colaboradores.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de João Pessoa/PB para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Os casos omissos serão resolvidos em comum acordo entre os representantes legais das instituições signatárias.

João Pessoa, PB, 25 de novembro de 2025.

Pela INOVACENTRO

Thiago Lucena

Secretário de Preservação, Revitalização e Inovação do Centro Histórico

Prefeitura Municipal de João Pessoa

Pelo CENTRO CULTURAL SÃO FRANCISCO

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCONDES SILVA MENESES
Data: 25/11/2025 15:37:34-0300
Verifique em <https://validar.1doc.gov.br>

Pe. Marcondes Silva Meneses

Diretor do Centro Cultural São Francisco

Assinado por 1 pessoa: THIAGO NOBREGA DE LUCENA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/A8F1-9464-08D7-5DD6>



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: A8F1-9464-08D7-5DD6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ THIAGO NOBREGA DE LUCENA (CPF 045.XXX.XXX-54) em 26/11/2025 07:57:33 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/A8F1-9464-08D7-5DD6>



**OUIDORIA
GERAL**



**LIGUE
162**
83 98841-9383



**RESPEITE
A FAIXA.**

**RESPEITE
A VIDA.**

**No trânsito, o pedestre
é prioridade.**